

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS 2021**



CERILUZ
DISTRIBUIÇÃO

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO	4
MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
1. DISTRIBUIÇÃO	5
1.1. Consumidores por Município.....	5
1.2. Ligação de Consumidores	5
1.3. Comportamento de Mercado	6
1.4. Receita	7
1.5. Número de Consumidores	7
1.6. Tarifas	8
1.7. Geração Distribuída - GD	8
1.8. Bandeiras Tarifárias	8
1.9. Qualidade do Fornecimento	9
1.10. Atendimento ao Consumidor.....	11
1.11. Frota.....	12
2. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO	12
2.1. Análise do Resultado.....	12
2.2. Variações Patrimoniais	12
2.3. Investimentos	13
2.3.1. Evolução e Projeção dos Investimentos.....	13
2.3.2. Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição.....	14
2.4. Captações de Recursos	14
2.5. Valor Adicionado.....	14
2.6. Composição Acionária	14
2.7. Planejamento Empresarial.....	14
2.8. Gestão pela Qualidade Total.....	15
2.9. Gestão de Pessoas e Processos.....	15
3. ATUAÇÃO NA ÁREA SOCIAL	15
4. OUTORGADA EM NÚMEROS	17
5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2021	19
5.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	20
5.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO.....	21
5.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	22
5.4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA.....	23
5.5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	24
5.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	25
5.7. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC – MÉTODO DIRETO	26
6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	27
NOTA 1 – SETOR ELÉTRICO NO BRASIL.....	27
NOTA 2 – CONTRATOS DE PERMISSÃO.....	27
NOTA 3 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	27
NOTA 4 - ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS	28
NOTA 5 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	28
NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31
NOTA 7 – CONSUMIDORES	32
NOTA 8 – SERVIÇOS EM CURSO	33
NOTA 9 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS	33
NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	33
NOTA 11 – ALMOXARIFADO OPERACIONAL	33
NOTA 12 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	34
NOTA 13 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	34
NOTA 14 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	34
NOTA 15 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES	34
NOTA 16 – BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADOS A PERMISSÃO.....	34
NOTA 17 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	35

17.1. Imobilizado em Serviço e em Curso	35
17.2. Intangível em Serviço e em Curso	36
17.3. Evolução e Projeção dos Investimentos	37
17.4. Depreciação e Amortização.....	37
NOTA 18 – FORNECEDORES	39
NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	40
NOTA 20 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS.....	41
NOTA 21 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	41
NOTA 22 – PROVISÃO PARA LITÍGIOS.....	41
NOTA 23 – ENCARGOS SETORIAIS	42
NOTA 24 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES.....	42
NOTA 25 – OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES	42
NOTA 26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	43
26.1. Capital Social	43
26.2. Natureza e Finalidade das Reservas.....	43
NOTA 27 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	43
NOTA 28 – INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS	44
NOTA 29 – TRIBUTOS SOBRE OS INGRESSOS/RECEITAS.....	45
NOTA 30 – ENCARGOS DA PARCELA “A”	45
NOTA 31 - CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A".....	46
NOTA 32 - CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B".....	46
NOTA 33 – OUTROS INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS	46
NOTA 34 – OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	46
NOTA 35 – SEGUROS:	47
NOTA 36– NOTA EXPLICATIVA DVA:.....	47
NOTA 37 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E ATIVIDADES DE NEGÓCIOS.....	47
NOTA 38 – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS	48
NOTA 39 - OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	49
NOTA 40 - RECEITA OPERACIONAL BRUTA	50
NOTA 41 - PESSOAL E ADMINISTRADORES.....	50
NOTA 42 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE.....	51
NOTA 43 – RESULTADO FINANCEIRO.....	51
NOTA 44 - CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIA E SOCIETÁRIA.....	52
44.1 BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO	52
44.2. COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO.....	53
44.2.1. Outros Ativos Não Circulantes.....	53
44.2.2. Imobilizado	53
44.2.3. Intangível	54
44.2.4. Reservas de Reavaliação.....	54
44.3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO	54
44.4 - COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	55
44.4.1 – Depreciação e Amortização.....	55
44.4.2 – Gastos Diversos	55
44.4.3 – Outras Receitas Operacionais.....	55
44.4.4 – Outras Despesas Operacionais	55
NOTA 46 – COMPOSIÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	56
NOTA 47 – EVENTOS SUBSEQUENTES.....	56
7. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	57
8. TERMO DE RESPONSABILIDADE	60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

SENHORAS E SENHORES ASSOCIADOS,

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração, através do qual divulgamos as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2021 e apresentamos as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A construção de uma Estrutura Sólida

Neste ano de 2021 a Ceriluz completou 55 anos, mais precisamente, no dia 20 de agosto. É um aniversário significativo que nos leva a fazer reflexões, avaliar o que foi feito nesse período e verificar se estamos no caminho certo. E a partir dessa análise, chegamos à conclusão de que construímos uma sólida estrutura que garante aos nossos associados a segurança para investir em suas atividades e promover o desenvolvimento. Por isso, usamos como mote de nossa campanha de aniversário a frase “Uma estrutura sólida, rumo a um futuro de Luz”.

Partimos de um período de muitas dificuldades, na década de sessenta, com dúvidas e questionamentos. Com o apoio de entidades e municípios da região, no entanto, tivemos um importante impulso na década de setenta, construindo as primeiras redes para nossos associados. Período complicado. Uma vez superadas as desconfiças, a grande maioria da população optou pela energia elétrica, o que era inevitável. Por mais que tenhamos pensado em qualidade desde o início, com postes de concreto, por exemplo, havia a urgência em levar energia a todos e, assim, nem sempre foi possível montar a melhor estrutura física para o sistema. Isso passou a ser feito já no final do século passado e, principalmente, a partir dos anos dois mil. Foi quando se passou a investir em alimentadores trifásicos e equipamentos modernos, como transformadores mais potentes, religadores automáticos e reguladores de tensão, além das subestações, elas sim, um grande diferencial no

controle do abastecimento e na proteção do sistema e usuários. As subestações vieram juntamente com as usinas de energia próprias que trouxeram uma maior garantia de energia para os associados, energia nossa, limpa e abundante.

Com tudo isso, hoje podemos afirmar com segurança que a Ceriluz construiu um sistema de distribuição sólido, que permite que seus associados sigam investindo em suas atividades, sem riscos de desabastecimento. Continuamos, claro, conectados ao Sistema Interligado Nacional, e mesmo quando nossas usinas estiveram gerando com pouca capacidade, em função da escassez de chuvas, por exemplo, teremos energia de outros locais do país, graças as nossas conexões. Aliás, falando em escassez hídrica, podemos dizer que essa infraestrutura de geração nos permite uma segurança maior ainda nesses momentos de dificuldades de produção de energia no país, afinal, em casos de desabastecimento, nenhuma rede conectada a usina será desligada. Portanto, nossas usinas, enquanto elas estiverem gerando, são uma garantia de fornecimento.

Quando falamos em futuro de luz, queremos dizer que essa energia de qualidade que hoje fornecemos nos permita crescer e iluminar nossas vidas. Se olharmos em uma foto do planeta à noite, veremos que os países mais desenvolvidos são aqueles mais iluminados. Nosso desejo é que nossos associados também apareçam nessa imagem, gerando desenvolvimento e riquezas, para si e, conseqüentemente, para a sociedade. Um país iluminado, com energia, é uma nação desenvolvida.



Iloir de Pauli
Presidente da CERILUZ

1. DISTRIBUIÇÃO

A Cooperativa distribui energia elétrica em 24 dos 497 municípios do Estado, sendo 3 totalmente e o restante parcialmente. Atendendo aproximadamente 14.533 consumidores. Na tabela abaixo estão demonstradas as quantidades de consumidores da Cooperativa distribuídos nos vinte e quatro municípios da área de atuação.

1.1. Consumidores por Município

2016	Consumidores Por Município	2017	2018	2019	2020	2021
4.113	Ijuí	4.139	4.218	4.300	4.441	4.595
1.401	Catuípe	1.400	1.400	1.404	1.399	1.409
1.349	Ajuricaba	1.364	1.361	1.356	1.358	1.379
1.544	Augusto Pestana	1.537	1.562	1.563	1.590	1.625
532	Chiapetta	536	533	524	530	525
193	Jóia	191	195	194	200	203
328	Santo Augusto	330	331	332	332	339
1.294	Coronel Barros	1.336	1.346	1.372	1.388	1.427
358	Inhacora	351	355	350	353	352
138	São Valerio do Sul	134	132	132	131	135
3	Cruz Alta	3	3	3	3	3
1.063	Nova Ramada	1.073	1.080	1.090	1.099	1.111
11	Coronel Bicaco	12	11	11	11	11
24	Santo Angelo	22	21	21	20	20
10	Eugenio de Castro	10	10	10	10	9
3	Condor	3	2	1	2	2
276	Boa Vista do Cadeado	273	275	281	287	283
993	Bozano	999	1.010	1.029	1.054	1.072
4	Entre-Ijuis	4	4	3	4	4
-	São Martinho	2	2	2	2	2
9	Alegria	6	6	6	10	10
5	Independência	5	5	4	4	4
9	Girua	9	8	8	12	12
1	Pejuçara	1	1	1	1	1
13.661	Total	13.740	13.871	13.997	14.241	14.533
	Variação	0,58%	0,95%	0,91%	1,74%	2,05%

1.2. Ligação de Consumidores

2016	Consumidores	2017	2018	2019	2020	2021
1.540	Residencial	1.574	1.603	3.931	3.975	4.122
679	Comercial	696	706	717	713	827
58	Industrial	45	43	54	56	52
11.142	Rural	11.109	11.206	8.986	9.190	9.235
142	Poderes Públicos	137	134	133	136	135
29	Iluminação Pública	29	29	28	28	16
71	Serviço Público	150	150	148	143	146
13.661	Total	13.740	13.871	13.997	14.241	14.533
	Variação	0,58%	0,95%	0,91%	1,74%	2,05%

Foram realizadas no ano, 292 novas ligações.

1.3. Comportamento de Mercado

A Ceriluz registrou um crescimento no fornecimento de energia elétrica no ano de 2021 em relação ao ano de 2020. A Cooperativa totalizou a distribuição de 157 GWh no ano de 2021, número 2,61% superior aos 153 GWh do ano anterior.

2016	Mercado Atendido - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
121	Energia Faturada	120	127	133	146	129
121	Fornecimento	120	127	133	146	129
3	Residencial	3	4	9	9	9
12	Comercial	12	14	15	14	16
47	Industrial	45	44	47	49	31
51	Rural	51	55	52	64	63
1	Poderes Públicos	1	1	1	1	1
2	Iluminação Pública	2	2	2	2	2
5	Serviço Público	6	7	7	7	7
	Suprimento p/ agentes de distr.			4	13	14
1	Uso da Rede de Dsitribuição	1	2	4	7	28
1	Consumidores Livres/Dist./Ger.	1	2	4	7	28
-	Consumidores Rede Básica	-	-	-		
122	Total	121	129	137	153	157
	Varição	-0,82%	6,61%	6,20%	11,68%	2,61%

A seguir gráfico demonstrando os percentuais do consumo por classe de consumidores no ano de 2021.

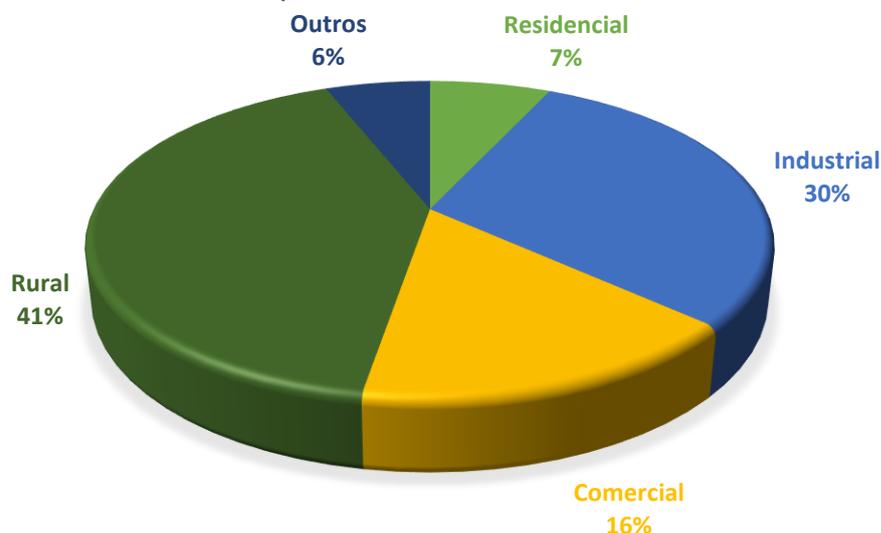


1.4. Receita Líquida

Os ingressos/receita recorrente do fornecimento de energia elétrica, (excluindo os impostos e bandeiras tarifárias) importou em 2021 o montante de R\$ 66.857 mil, um aumento de 17% conforme quadro a seguir:

Classe	2021	2020	%
Residencial	4.601	4.391	5%
Industrial	19.958	17.515	14%
Comercial	10.640	7.141	49%
Rural	27.682	24.470	13%
Outros	3.976	3.593	11%
Total	66.857	57.110	17%

RECEITA LÍQUIDA POR CLASSE DE CONSUMIDORES



1.5. Número de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 2,05% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2021	2020	Δ%
Residencial	4122	3975	3,70
Industrial	52	56	(7,14)
Comercial	827	713	15,99
Rural	9235	9190	0,49
Outros	297	307	(3,26)
Total	14.533	14.241	2,05

1.6. Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2021 o valor de R\$ 472,27/MWh, um aumento de 8,95% em relação a dezembro de 2020.

Classe	2021	2020	Δ%
Residencial	508,23	485,46	4,69
Industrial	402,88	356,18	13,11
Comercial	541,49	511,91	5,78
Rural	436,48	380,41	14,74
Total	472,27	433,49	8,95

1.7. Geração Distribuída - GD

Desde 17 de abril de 2012, quando a ANEEL criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica, o consumidor brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica a partir de fontes renováveis ou cogeração qualificada e inclusive fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade. Conforme disposto nesses regulamentos, a micro e a minigeração distribuída consistem na produção de energia elétrica a partir de pequenas centrais geradoras que utilizam fontes renováveis de energia elétrica ou cogeração qualificada, conectadas à rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras. Para efeitos de diferenciação, a microgeração distribuída refere-se a uma central geradora de energia elétrica, com potência instalada menor ou igual a 75 quilowatts (kW), enquanto que a minigeração distribuída diz respeito às centrais geradoras com potência instalada superior a 75 kW e menor ou igual a 3 megawatt (MW), para a fonte hídrica, ou 5 MW para as demais fontes. A seção 3.7 do Módulo 3 do PRODIST estabelece os procedimentos para acesso de micro e minigeração distribuída ao sistema de distribuição.

A seguir, demonstramos a Geração Distribuída na área de atuação da Ceriluz no ano de 2021.

Classe	2021		2020	
	Instalações	Potência kW	Instalações	Potência kW
Residencial	27	163	7	37
Industrial	2	35	2	35
Comercial	21	620	13	400
Rural	66	1114	25	413
Total	116	1932	47	885

1.8. Bandeiras Tarifárias

Desde o ano de 2015, as contas de energia passaram a incluir o Sistema de Bandeiras Tarifárias, que apresenta as seguintes modalidades: verde, amarela e vermelha, as mesmas cores dos semáforos e indicam se haverá ou não acréscimo no valor da energia a ser repassada ao consumidor final, em função das condições de geração de eletricidade. Cada modalidade apresenta as seguintes características:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,01874 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha - Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,03971 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Bandeira vermelha - Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,09492 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Bandeira escassez hídrica: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,1420 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Aplicam-se às Bandeiras os mesmos tributos incidentes sobre as tarifas.

Anualmente, ao final do período úmido (abril), a ANEEL define o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos da energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte termelétrica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva) que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

1.9. Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Os indicadores de qualidade são índices que permitem que a cooperativa monitore e avalie a qualidade da energia fornecida para os associados de sua área de atuação. Os indicadores DEC e FEC permitem verificar o tempo e a frequência média, respectivamente, em que houve falha no fornecimento de energia para cada consumidor da cooperativa.

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	TMA Tempo Médio de Atendimento (horas)
2021	10,46	9,28	1,33
2020	10,31	8,98	1,72
2019	14,81	11,03	1,5
2018	13,8	11,39	1,49
2017	13,53	10,82	2,04

A figura 1 mostra o comportamento do indicador DEC, que verifica o tempo médio que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

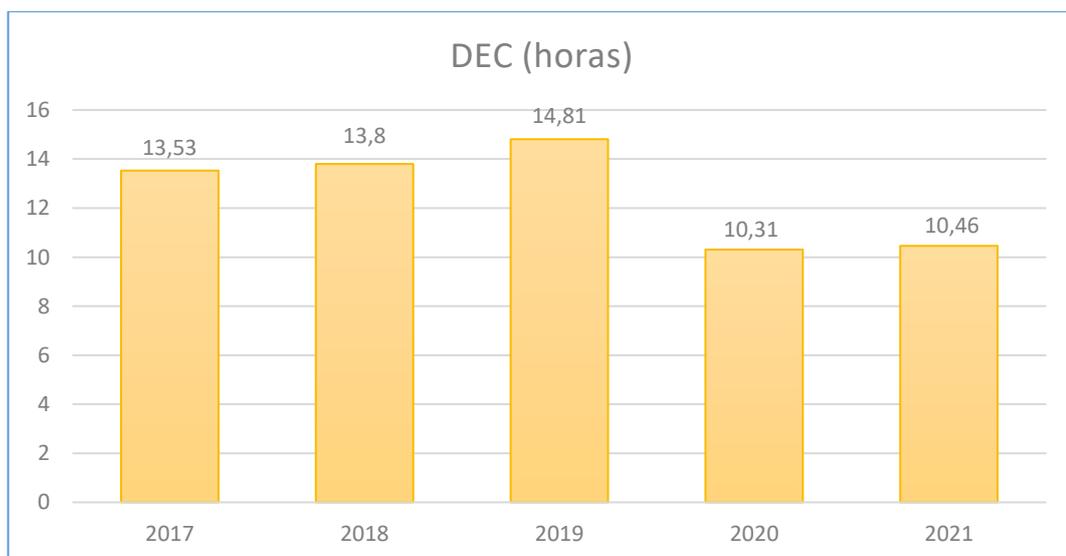


Figura 1 - Comportamento do DEC

Já a figura 2 traz o comportamento do indicador FEC, que mostra em média a frequência que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

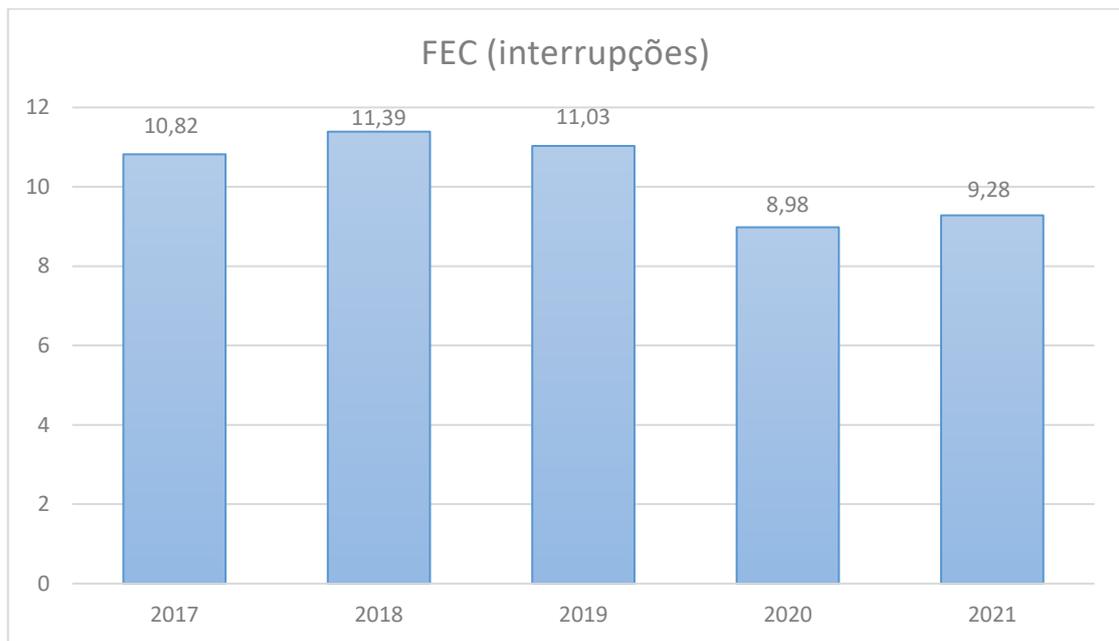


Figura 2 - Comportamento do FEC

Na área da qualidade do serviço prestado podemos citar os indicadores que medem a eficiência das equipes de plantão no atendimento das ocorrências emergenciais, sejam elas, com ou sem interrupção no fornecimento de energia. Nesta categoria o principal indicador é o TMA, que mede o tempo médio de atendimento das ocorrências emergenciais desde o momento do cadastro da mesma junto a cooperativa até a resolução do problema. O gráfico da figura 3 mostra o comportamento deste indicador ao longo dos últimos anos.

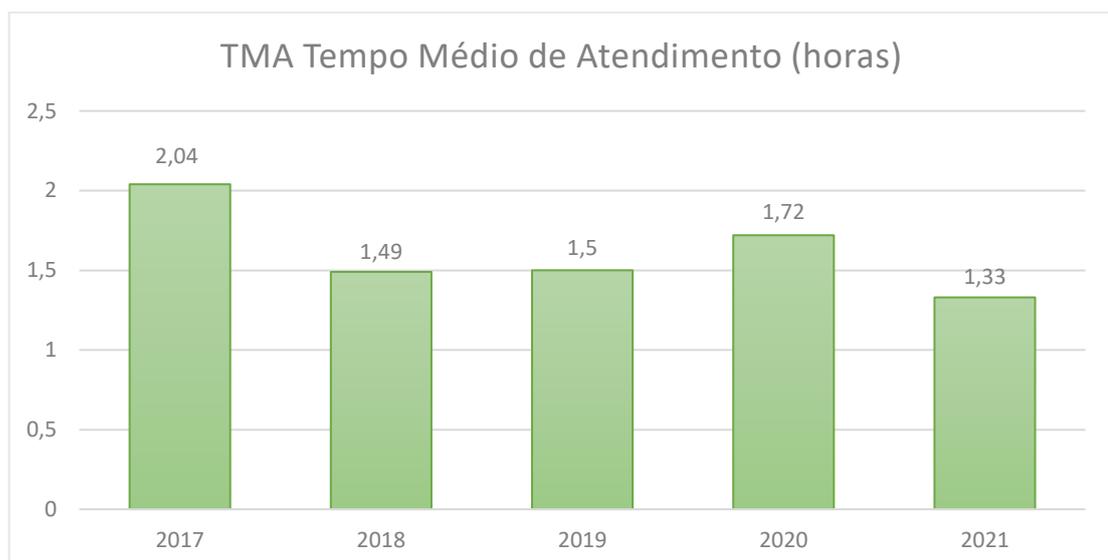


Figura 3: Comportamento do TMA

1.10. Atendimento ao Consumidor

A Ceriluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação, entre eles está o atendimento telefônico, com atendimento 24 horas, pelos telefones 0800 51 3130 e 0800 040 1010, através deles são feitas gratuitamente todas as ligações, reclamações e demais contatos com a cooperativa. O associado também pode comparecer presencialmente na Sede da Cooperativa, localizada em Ijuí, ou em nossos escritórios nas cidades de Catuípe e Ajuricaba. Ainda, pode acessar o site www.ceriluz.com.br para obter maiores informações sobre a sua fatura de energia, desligamentos programados, entre outros. As solicitações de indenizações por danos obtiveram redução em 2021, o número passou de 71 em 2020 para 57 em 2021, representando uma redução de 19,72%, dessas solicitações, 30 foram procedentes em 2021 e 23 em 2020, um aumento de 30,43%.

Em relação aos serviços comerciais, como faturas de energia, projetos, alterações em caixas de medição e aumento de carga instalada, apresentou um aumento de 3,33% em atendimentos realizados, sendo 3.392 em 2020 e 3.505 em 2021. Os atendimentos fora do prazo, tiveram uma redução de 18,18% e a eficiência no atendimento manteve o mesmo indicador.

O número de reclamações de consumidores encaminhadas para a Empresa reduziu em 43,26%, além disso não tivemos reclamações à ANEEL e apenas 1 ao PROCOM e a justiça.

Satisfação do Cliente	2021	2020	%
Índice de Satisfação IASC	*	84,38%	0,00%
Índice de Satisfação do tratamento das reclamações	96,95	95,30	1,73%
Índice de Satisfação da Prestação dos Serviços	96,20	95,40	0,84%
Atendimento ao Cliente	2021	2020	%
Call Center	19457	18457	5,42%
Chamadas Recebidas (unid)	48699	22567	115,80%
Numero Medio de Atendentes (unid)	2	2	0,00%
INS Índice de Nível de Serviço (%)	84,46%	87,62%	-3,61%
lab - Índice de Abandono (%)	6,03%	4,82%	25,10%
TMA - Tempo Medio de Atendimento (s)	134,00	135,00	-0,74%
Indenização por Danos	2021	2020	%
Volume de solicitações (unid)	57	71	-19,72%
Procedentes (unid)	30	23	30,43%
Indicadores de Reclamações	2021	2020	%
Reclamações Procedentes	40	78	-48,72%
DER (horas)	70,40	63,40	11,04%
FER (unid)	0,20	0,50	-60,00%
Violações de prazos de serviços comerciais	2021	2020	%
Atendimentos realizados (unid)	3505,00	3392,00	3,33%
Atendimentos realizados fora do prazo (unid)	9,00	11,00	-18,18%
Eficiência do atendimento (%)	99,70%	99,70%	0,00%
Numero de reclamações de consumidores encaminhadas	2021	2020	%
À Empresa	240,00	423,00	-43,26%
À ANEEL	0,00	2,00	-100,00%
Ao PROCON	1,00	3,00	-66,67%
À Justiça	1,00	0,00	100%
Indicadores Ambientais	2021	2020	%
Rede BT Protegida Isolada na área urbana (em km)	28,49	27,01	5,48%
Percentual da rede protegida isolada BT / total da rede de distribuição BT na área urbana.	52,76	50,48	4,52%
Rede MT Protegida Isolada na área urbana (em km)	26,03	23,91	8,87%
Percentual da rede MT protegida isolada / total da rede de distribuição na área urbana.	35,22	31,89	10,44%

* O índice de satisfação do cliente IASC do ano de 2021 ainda não foi divulgado pela ANEEL.

1.11. Frota

A frota da cooperativa sofre constante manutenção e substituição. No ano de 2021 foram gastos em manutenção 851 mil reais valor 29% superior a 2021. No período, foram adquiridos 7 picapes e alienados 2 veículos de passeio.

Veículos	2021	2020
Caminhões	5	5
Picapes	22	15
Veículos de Passeio	4	6
Total	31	26

2. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

2.1. Análise do Resultado

Em 2021, a sobra foi de 2,515 milhões, um aumento de 26,51% em relação a 2020 que foi de 1,988 milhões. Os ingressos/Receitas aumentaram em R\$ 16,7453,032 milhões, o que representa um acréscimo de 3,22% em relação ao ano anterior.

Os custos não gerenciáveis – Parcela A tiveram um aumento de 3,11%. Enquanto o custo da energia comprada foi R\$ 3,230 milhões inferior ao ano anterior, os custos com encargos de transmissão, conexão e distribuição aumentaram R\$ 3,669 milhões.

Os Custos Gerenciáveis – Parcela B totalizaram no período R\$ 29.448 milhões, 11,19% superior ao ano de 2020 que registraram R\$ 26,481 milhões. A maior parte desse aumento deve-se ao Plano de Demissão Voluntária adotado pela cooperativa para funcionários que estavam aposentados ou em via de se aposentar.

2.2. Variações Patrimoniais

Em 2021 o patrimônio líquido da Cooperativa teve um acréscimo de R\$ 742 mil, tendo passando de R\$138,345 milhões em 2020 para R\$ 139,087 milhões em 2021.

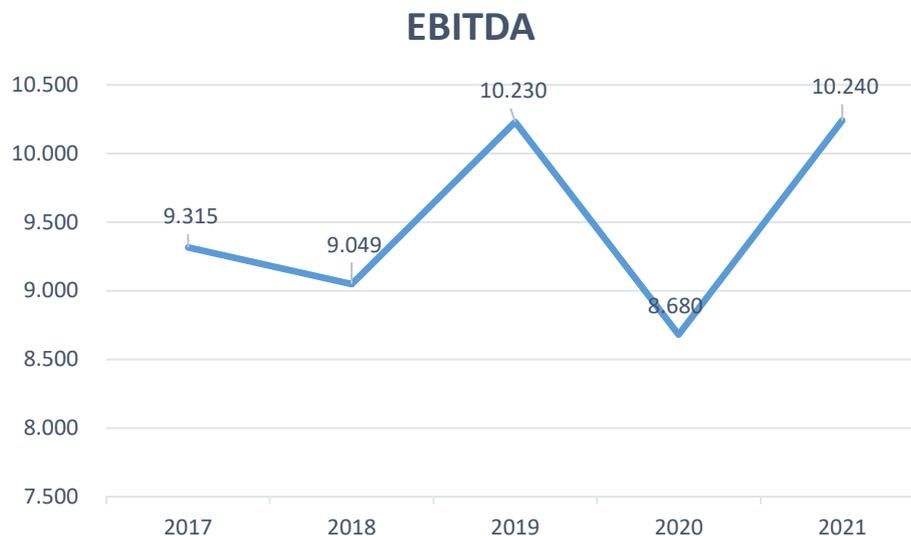
O ativo circulante reduziu 10,421 milhões, ou seja 28,15%. Em contrapartida o ativo não circulante aumentou 5,35% ou seja R\$ 7,542 milhões. O que ocasionou essa redução do ativo circulante e aumento do não circulante foi a construção da subestação Ceriluz 3.

No passivo circulante, a maior varrição ocorreu na conta de encargos setoriais que aumentou 195,77% passando de R\$ 1,466 milhões para R\$ 4,336 milhões. Esse aumento foi devido a arrecadação das bandeiras tarifárias dos consumidores no mês de dezembro de 2021 e ainda não repassadas para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

No passivo não circulante a conta com maior acréscimo foi a de Obrigações Vinculadas a Permissão, nessa conta estão a participação do consumidor em obras, esta teve um acréscimo de R\$ 1,644 milhões, devido principalmente a obras para pivôs de irrigação.

DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO EBITDA	2021	2020	%
Receita Operacional Líquida	81.544	76.535	7%
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(77.098)	(72.696)	6%
(-) Outras Despesas Operacionais	(2.202)	(2.504)	-12%
(+) Outras Receitas Operacionais	642	144	346%
Resultado da Atividade ou EBIT	2.886	1.479	95%
(+) Depreciação e Amortização	7.354	7.201	2%
EBITDA	10.240	8.680	18%
Margem EBITDA (%)	13	11	11%

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 10,240 milhões, 11% superior a 2020, que foi de R\$ 8.680 milhões, conforme evolução abaixo.



2.3. Investimentos

Em 2021, os investimentos da cooperativa, importaram em 16,059 milhões, 6% superiores em relação a 2020, que foi de 15,124 milhões.

2.3.1. Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de dez/2020			
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
AIS Bruto ¹	5.469	9.042	8.158	10.709	11.598	9.983	8.813
Transformador de Distribuição	1.215	1.577	1.783	1.430	1.430	1.430	1.430
Medidor	221	315	723	282	282	282	282
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	1.048	4.759	3.613	1.438	1.438	1.438	1.438
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	2.447	2.040	1.548	7.559	8.448	6.833	5.663
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	8	1	29	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	530	350	462	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	673	731	1.241	1.069	1.069	2.149	1.069
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	673	731	1.241	1.069	1.069	2.149	1.069

2.3.2. Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2021R	2022P	2023P	2024P	2025P
Plano de Investimentos 2021	8.158	10.709	11.598	9.983	8.813

R\$ Mil	2021P	2022P	2023P	2024P	2025P
Plano de Investimentos 2020	21.955	10.709	11.598	9.983	8.813

Diferença	-62,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
-----------	--------	------	------	------	------

2.4. Captações de Recursos

Para a execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 1,550 milhões junto ao Sicredi.

2.5. Valor Adicionado

Em 2021, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza, foi de R\$ 50,150 milhões, representando 42,34% dos ingressos/ Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



2.6. Composição Acionária

O capital social integralizado está representado pela participação de 16.713 associados, no valor de R\$ 7,446 milhões no ano de 2021.

2.7. Planejamento Empresarial

A Ceriluz planeja suas metas e objetivos organizacionais, traçando estratégias e métodos para garantir aos associados a confiabilidade, estabilidade, serviços eficientes e com segurança, atuando de forma planejada, visando assegurar a disponibilidade de energia com qualidade para a demanda crescente cumprindo as tarifas homologadas pela Aneel.

2.8. Gestão pela Qualidade Total

A adoção de um sistema de gestão da qualidade é uma decisão estratégica da CERILUZ com o objetivo buscar a melhoria de seu desempenho e prover uma base sólida para iniciativas de desenvolvimento sustentável. O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da CERILUZ é implementada com base no atendimento a todos os princípios adotados pelas NBRs ISO 9001:2015 e ISO 10002:2005, buscando dessa forma atender os requisitos das partes interessadas consideradas relevantes.

A CERILUZ está comprometida com o desenvolvimento e a melhoria contínua de seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e demonstra esta preocupação por meio do estabelecimento de uma Política da Qualidade, a qual é divulgada aos colaboradores em todos os níveis para comprometimento e participação.

Para alcançar os objetivos e melhorar a eficácia de seu Sistema de Gestão da Qualidade, na qual é demonstrada pela satisfação de seus consumidores e a melhoria contínua de seus processos.

A CERILUZ elabora uma Política da Qualidade coerente com a direção estratégica do negócio e que:

- Seja apropriada ao propósito e ao contexto para possa apoiar o direcionamento estratégico;
- Proveja o estabelecimento dos Objetivos da Qualidade para demonstrar que o compromisso explicitado na Política esteja sendo alcançado;

Direcione para buscar a satisfação de seus consumidores e melhoria contínua de seu SGQ.

A CERILUZ compromete-se a disponibilizar a Política da Qualidade às partes interessadas consideradas relevantes para o seu negócio, assim como comunicar e proporcionar o entendimento e a conscientização a todos os envolvidos, principalmente aos colaboradores que são os responsáveis por transformar os compromissos assumidos em ações concretas.

Parte Interessada	Forma de Comunicação	Disponibilidade
Colaboradores	Treinamentos, reuniões, circulares	Intranet e murais
Consumidores / Associados	Informativos, publicidades, reuniões e palestras	Site
Aneel	Relatório da Administração	Site

Distribuir energia elétrica com qualidade e segurança, nos padrões do setor elétrico, buscando:

- Satisfação dos associados/consumidores;
- Aperfeiçoamento contínuo dos colaboradores;
- Investimento em tecnologia e melhoria contínua de nosso SGQ;
- Confiabilidade na coleta, geração e envio dos dados à Aneel dos indicadores de continuidade Individuais e Coletivos, Serviços Comercial e Reclamações;
- Eficiência no tratamento das reclamações dos associados/consumidores e demais partes interessadas;
- Cumprimento do contrato de permissão, assim como os requisitos legais, regulamentares da Aneel, estatutários da Cooperativa, e dos Associados/Consumidores; e
- Sustentabilidade econômica seguindo os princípios cooperativistas, com responsabilidade socioambiental.

2.9. Gestão de Pessoas e Processos

A busca constante por qualificação sempre foi determinante para a Ceriluz, preocupada com a capacitação dos seus funcionários ela investiu R\$ 33 mil em cursos e treinamento de capacitação. Ao final de 2021, contou com 117 empregados.

3. ATUAÇÃO NA ÁREA SOCIAL

Jovens aprendizes iniciaram atividades presenciais na Ceriluz

A Ceriluz recebeu no dia primeiro de junho um grupo de Jovens Aprendizes que passaram a atuar em diferentes setores administrativos. Eles foram recebidos pelos responsáveis pelo Departamento Pessoal, Dirceu Allegranzzi e Vagner Pagliarini, e por aqueles que serão seus mentores no período que estarão na

Cooperativa. Antes do início das atividades de forma presencial os jovens já participaram de uma formação teórica sobre técnicas administrativas, que teve início em 23 de novembro de 2020, que contou com aulas online ministradas por professores da Cooperativa Educacional Cooperconcordia, de Santa Rosa. As atividades na Cooperativa permitirão estes jovens colocarem seu aprendizado em prática, aprendendo com os colaboradores da Ceriluz. O programa Jovem Aprendiz é idealizado pelo Ministério do Trabalho com o objetivo de promover a inserção no mercado de trabalho e é desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop/RS).

Campanha arrecadou quatro toneladas de alimentos distribuídos entre entidades assistenciais da região

A Pandemia do Coronavírus trouxe graves sequelas para economia mundial, com o aumento nos índices de pobreza e no número de desempregados. Com o objetivo de contribuir com a minimização desses impactos durante o mês de julho a Ceriluz promoveu entre seus associados, colaboradores e a comunidade regional, a Campanha Ações Que Inspiram, baseada na arrecadação de alimentos não perecíveis, alusiva ao Dia Internacional do Cooperativismo, ou o Dia C, comemorado no dia 03 de julho. A Campanha atingiu um resultado final de 4.187 kg de alimentos não perecíveis arrecadados nos pontos de coleta e distribuídos nos municípios da sua área de ação. Desse número total, metade foi doação e a outra metade foi contrapartida da Ceriluz, que se comprometeu a dobrar todo alimento doado.

No município de Ijuí foram 2.190 kg, divididos entre sete entidades assistenciais: ACATA e ARL6, contemplando famílias que trabalham com reciclagem de resíduos; os Lares Bom Abrigo e Me Ame, que cuidam de crianças; a Liga de Combate ao Câncer e a AAPECAN, que prestam assistência a pessoas com câncer e seus familiares e a Sabeve, que abriga e presta assistência a idosos.

Em Ajuricaba foram 1.207 kg de alimentos, todos doados para o Hospital daquele município. Outro hospital beneficiado foi o São Francisco, de Augusto Pestana, que recebeu 123 kg de alimentos arrecadados em uma parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município.

No município de Catuípe os donativos (410 kg), foram divididos entre a Pastoral da Paróquia Santo Antônio, que trabalha com crianças, e a Igreja Batista Brasileira, que serve refeições todas as quartas-feiras. Já em Jóia os alimentos arrecadados (257 kg) foram divididos entre o Lar Aconchego, que presta assistência a idosos, a APAE daquele município e algumas famílias associados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, também parceiro na campanha.

Projeto de Recuperação Florestal minimiza impactos do manejo

Apesar de contar com a licença que autoriza o manejo de árvores sob as redes, a Cooperativa busca minimizar esses impactos. Nesse sentido implantou um Projeto de Reposição Florestal, aprovado pelo Departamento de Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do RS. Para comemorar a aprovação do projeto, no dia 04 de junho, véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente, realizou um ato simbólico e deu início ao plantio de árvores nativas em uma propriedade de cinco hectares adquirida pela Cooperativa na comunidade de Chorão, em Ijuí. O projeto contempla o plantio de oito mil mudas nativas.

Além do plantio das mudas nativas o projeto incluiu a coleta e análise de águas superficiais de nascentes em propriedades rurais de associados da Ceriluz ao longo do ano e a proteção dessas nascentes. O trabalho de avaliação da qualidade da água é coordenado pela engenheira química, Márcia Sostmeyer Jung, mestranda em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade pela Unijuí e a coleta é feita em cinco propriedades de associados da Ceriluz, que serão contemplados com o plantio de mudas nas Áreas de Preservação Permanentes das nascentes observadas. Todo o trabalho se concentra nos municípios de Ijuí e Bozano, na microrregião de atuação das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) José Barasuol e RS-155, que exploram o potencial hidrelétrico do Rio Ijuí.

Colaboradores da área técnica receberam qualificação sobre as principais normas regulamentadoras

A Ceriluz promoveu a qualificação de um grupo de oito novos colaboradores sobre as principais normas regulamentadoras do setor, que tratam de prevenção a riscos de acidentes. Entre os dias 22 e 26 de fevereiro um grupo de novos funcionários enfrentaram 40 horas de curso sobre a NR-10 Básica, referente ao controle de

riscos e acidentes nos trabalhos com energia elétrica. Já de 07 a 11 de junho, eles participaram do curso de NR-10 Complementar, que inclui práticas de primeiros socorros em caso de acidentes com eletricidade.

Nos dias 24 e 25 de maio, a qualificação esteve voltada à Norma Regulamentadora (NR) 35, que trata da prevenção de acidentes nos trabalhos em altura. Foram 16 horas de qualificação com a técnica em Segurança no Trabalho, Jéssica Rauber, do Serviço Social da Indústria (SESI), com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/RS. As atividades incluíram orientações teóricas e práticas, com simulações de uso de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e Coletivos (EPCs) no Centro de Treinamentos da Ceriluz, localizado na sede da Cooperativa, em Ijuí, e que simula as condições das redes de distribuição de energia.

Colaboradores enfrentam exames periódicos para emissão de atestado de saúde ocupacional

Além dos cuidados com a preparação do novo colaborador, também há a preocupação com os funcionários antigos, especialmente com a segurança e saúde. Por isso, no período de julho e agosto a Ceriluz submeteu seus colaboradores aos exames do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), que atestam a capacidade de cada colaborador desenvolver suas funções específicas. As avaliações médicas se aplicaram tanto para profissionais que desempenham suas funções nos escritórios, quanto das áreas técnicas – geração e distribuição de energia e internet - e são realizadas anualmente sob a coordenação geral do médico do trabalho, Ernani Oppermann, responsável pela emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) que garante que o colaborador está apto a realizar suas atividades laborais.

Os trabalhadores da área técnica, no entanto, enfrentam exames complementares, visando identificar problemas de saúde que possam incorrer em acidentes de trabalho. Entre eles, exames de sangue, audiometria, acuidade visual, eletroencefalograma, eletrocardiograma e avaliação psicossocial. Estes exames específicos foram realizados pela equipe multiprofissional do Departamento de Medicina e Saúde Ocupacional da Unimed Noroeste/RS, que pela primeira vez utilizou sua Unidade Móvel, ou seja, um veículo adaptado com os principais equipamentos para a realização dos exames e testes diretamente na empresa contratante, sem necessidade de deslocamento dos colaboradores.

4. OUTORGADA EM NÚMEROS

Cada vez mais, a Cooperativa vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Atendimento	2021	2020	%
Número de consumidores	14.533	14.241	2,05%
Número de empregados	117	121	-3,31%
Número de consumidores por empregado	124	118	5,54%
Número de localidades atendidas	24	24	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
Número de postos de arrecadação	45	49	-8,16%

Mercado	2021	2020	%
Área de concessão (Km²)	3.492.649	3.977.832	-12,20%
Distribuição Direta (GWh)	129,00	146,00	-11,64%
Total Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	472,27	433,49	8,95%
Residencial	508,23	485,46	4,69%
Comercial	402,88	356,18	13,11%
Industrial	541,49	511,91	5,78%
Rural	436,48	380,41	14,74%
DEC (horas)	10,46	10,31	1,45%
FEC (número de interrupções)	9,28	8,98	3,34%
TMA (minutos)	1,33	1,72	-22,67%

Operacionais	2021	2020	%
Número de subestações	3	3	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	4.191	4.192	-0,02%
Capacidade Instalada (MW)	177	173	2,26%
Financeiros Regulatórios	2021	2020	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	113.909	97.164	17,23%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	81.544	76.535	6,54%
Margem operacional do serviço líquido (%)	3,08%	2,60%	18,74%
EBITDA OU LAJIDA	10.240	8.680	17,97%
Lucro líquido (R\$ mil)	2.515	1.988	26,51%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	139.087	138.345	0,54%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo profissionalismo e comprometimento com que têm desempenhado seu papel. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho de todo quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Ijuí – RS, 31 dezembro de 2021.
A Administração.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2021

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 2021

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2021	2020
CIRCULANTE		26.591	37.012
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.944	16.842
Consumidores	7	13.673	10.209
Concessionárias e permissionárias	7	226	206
Serviços em curso	8	730	600
Tributos compensáveis	9	1.192	891
Depósitos Judiciais e Cauções	10	-	405
Almoxarifado operacional	11	755	773
Investimentos temporários	12	56	42
Ativos regulatórios	38	2.275	3.503
Despesas pagas antecipadamente	13	66	68
Outros ativos circulantes	14	3.674	3.473
NÃO CIRCULANTE		148.492	140.950
Tributos compensáveis	9	1.858	1.513
Depósitos judiciais e cauções	10	44	76
Outros ativos não circulantes	15	181	181
Bens e atividades não vinculadas a permissão	16	110	105
Imobilizado	17	145.925	138.862
Intangível	17	374	213
TOTAL DO ATIVO		175.083	177.962

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

(Valores em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	2021	2020
CIRCULANTE		20.554	15.518
Fornecedores	18	3.584	3.113
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	3.609	946
Obrigações sociais e trabalhistas	20	2.055	2.085
Tributos e Contribuições Sociais a Recolher	21	554	687
Encargos setoriais	23	4.336	1.466
Passivos regulatórios	38	3.468	2.311
Outros passivos circulantes	24	2.948	4.910
NÃO CIRCULANTE		15.442	24.099
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	7.031	9.054
Provisão para litígios	22	130	4.086
Passivos regulatórios	38	0	4.322
Outros passivos não circulantes	25	22	22
Obrigações vinculadas à permissão	39	8.259	6.615
TOTAL DO PASSIVO		35.996	39.617
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26		
Capital social		7.446	7.444
Reservas de capital		568	568
Outros resultados abrangentes		66.331	72.307
Reserva de sobras		63.003	56.251
Sobras à disposição da Assembleia		1.739	1.775
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		139.087	138.345
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		175.083	177.962

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.3. DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Notas	2021	2020
Receita / Ingresso	28	113.909	97.164
Fornecimento de energia elétrica		41.683	34.719
Suprimento de energia elétrica		2.634	1.870
Disponibilização do sistema de distribuição		43.567	36.268
Ativos e Passivos Regulatórios		1.858	1.527
Serviços cobráveis		8	8
Doações, contrib. e subvenções		24.159	22.772
Tributos	29	(14.888)	(12.568)
ICMS		(13.768)	(11.837)
PIS-PASEP		(199)	(130)
COFINS		(921)	(601)
Encargos - Parcela "A"	30	(17.477)	(8.061)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(9.168)	(7.218)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(168)	(154)
Outros encargos		(8.141)	(689)
Receita líquida / Ingresso líquido		81.544	76.535
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	31	(47.650)	(46.211)
Energia elétrica comprada para revenda		(32.737)	(34.967)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(14.913)	(11.244)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		33.894	30.324
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	32	(29.448)	(26.485)
Pessoal e administradores		(14.136)	(11.541)
Material		(2.869)	(2.600)
Serviços de terceiros		(4.138)	(3.812)
Arrendamentos e aluguéis		(53)	(46)
Seguros		0	(11)
Provisões		3.132	(9)
(-) Recuperação de despesas		321	268
Tributos		(63)	(56)
Depreciação e amortização		(7.354)	(7.201)
Gastos diversos		(4.288)	(1.477)
Outras receitas operacionais	33	642	144
Outras despesas operacionais	34	(2.202)	(2.504)
Resultado da Atividade		2.886	1.479
Resultado Financeiro	43	(104)	611
Despesas financeiras		(865)	(144)
Receitas financeiras		761	755
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		2.782	2.090
Contribuição social		(77)	(33)
Imposto de renda		(190)	(69)
Resultado líquido do exercício		2.515	1.988

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI

PRESIDENTE

CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL

CONTADOR/CRC-RS 079358

CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.4. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - DRA

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	2.021	2.020
RECURSOS		
Resultado do Período	2.515	1.988
Demais Resultados	6.759	7.157
Realização de Reservas Reavaliação	496	525
Reversão da Baixa da Reavaliação	328	218
Realização de Reservas Reavaliação VNR	4.036	4.168
Reversão da Baixa da Reavaliação VNR	1.115	1.367
Reversão do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	784	879
Resultado Líquido do Período	9.274	9.145
DESTINAÇÕES		
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	580	267
Fates/Rates (Art. 87 da lei 5764/71)	580	267
Destinações de Caráter Legal	6.955	7.103
Reserva Legal 45% - Artigo 47	3.912	3.995
FATES - 5% - Artigo 47	435	444
Reserva Manutenção Redes 30%	2.608	2.664
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.739	1.775
RESULTADO DE EQUALIZAÇÃO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
5.5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
(Valores em Milhares de Reais)

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS E/OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2019	7.442	568	78.584	49.761	1.542	137.897
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.542)	(1.542)
Realização do Capital	2	-	-	-	-	2
Realização de Reavaliação (Baixa)	-	-	(1.585)	-	1.585	-
Realização de Reavaliação	-	-	(4.693)	-	4.693	-
Reavaliação Regulatória	-	-	-	-	-	-
Realização de FATES	-	-	-	(879)	879	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	1.988	1.988
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.995	(3.995)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	444	(444)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.663	(2.663)	-
Destinação Fiscal FATES	-	-	-	267	(267)	-
Saldo em 31.12.2020	7.444	568	72.306	56.251	1.776	138.345
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.776)	(1.776)
Realização do Capital	2	-	-	-	-	2
Realização de Reavaliação (Baixa)	-	-	(1.443)	-	1.443	-
Realização de Reavaliação	-	-	(4.532)	-	4.532	-
Reavaliação Regulatória	-	-	-	-	-	-
Realização de FATES	-	-	-	(784)	784	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	2.515	2.515
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.912	(3.912)	-
Destinação Estatutária Fates	-	-	-	435	(435)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.608	(2.608)	-
Destinação Fiscal FATES	-	-	-	580	(580)	-
Saldo em 31.12.2021	7.446	568	66.331	63.002	1.739	139.086



ILOIR DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
5.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2021	%	2020	%
1. Receitas	114.553		97.309	
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	89.742		74.384	
Outras receitas (ANC e ativos construídos para uso próprio)	24.811		22.925	
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	57.810		56.458	
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	47.650		46.212	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	10.160		10.246	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	56.743		40.851	
4. Depreciação, amortização e exaustão	7.353		7.200	
5. VALOR ADIC. LÍQUIDO GERADO EMPRESA (3-4)	49.390		33.651	
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	760		755	
Receitas financeiras, aluguéis e royalties	760		755	
7. VALOR ADIC. TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	50.150		34.406	
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	11.356	22,64%	9.179	26,35%
Remuneração direta	7.715	15,38%	6.723	18,64%
Benefícios	2.295	4,58%	1.635	5,53%
Encargos Sociais - F.G.T.S. e PIS Folha	1.346	2,68%	821	2,18%
Impostos,taxas e contribuições	35.414	70,62%	23.095	67,39%
Federais	21.645	43,16%	11.258	32,49%
Estaduais	13.768	27,45%	11.836	34,90%
Municipais	1	0,00%	1	0,00%
Remuneração de capitais de terceiros	865	1,72%	144	1,89%
Juros	865	1,72%	144	1,89%
Remuneração de capitais próprios	2.515	5,01%	1.988	4,37%
Lucros retidos	2.515	5,01%	1.988	4,37%
9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	50.150	100,00%	34.406	100,00%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

5.7. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC - Método Direto

(Valores em milhares de reais)

	2.021	2.020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Arrecadação Venda de Energia	49.533	46.335
(+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres	43.567	34.397
(+) Arrecadação Venda para Suprimento de Energia	2.634	1.870
(+) Serviço Taxado	8	8
(+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda	23.287	22.751
(+) Outros Recebimentos Operacionais	715	33
(-) Fornecedores - Materiais e Serviços	(24.571)	(20.617)
(-) Fornecedores - Energia Elétrica	(38.854)	(38.716)
(-) Salários e Encargos Sociais	(15.291)	(12.420)
(-) Tributos sobre a Receita - Federais	(963)	(785)
(-) Tributos sobre a Receita - Estaduais	(12.162)	(10.720)
(-) Tributos sobre o Lucro (IRPJ/CSLL)	(151)	(80)
(-) Encargos de Transmissão	(6.945)	(5.653)
(-) Demais Encargos Regulatórios	(14.010)	(7.422)
(-) Outras Despesas Operacionais	(10.928)	(3.122)
(-) Impostos, taxas e contribuições	(1.289)	(381)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(5.420)	5.478
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Alienação de Imobilizado	425	204
(+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações Financeiras	149	193
(-) Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(13)	(13)
(-) Aquisição Bruta de Imobilizado	(9.234)	(12.401)
(+) Participação Financeira do Consumidor em Obras	1.532	848
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(7.141)	(11.169)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Curto Prazo	442	946
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos – Longo Prazo	-	14.817
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - CP	(778)	(1.125)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(336)	14.638
Caixa Líquido Gerado no Período	(12.897)	8.947
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.841	7.895
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.944	16.842
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	(12.897)	8.947

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

6. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Nota 1 – Setor Elétrico no Brasil

O Setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo é realizado pela Cooperativa de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de permissão.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa de fornecimento de energia consistindo em dois componentes: 1 – uma parcela referente aos custos relacionados às atividades de distribuição de energia elétrica não gerenciáveis (Custo da Parcela A) e 2 – uma parcela de custos operacionais (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas nos processos de revisão tarifária periódica e revistas anualmente nos processos de reajuste tarifário, nos quais são contempladas na tarifa as variações dos custos dos componentes da Parcela A, bem como o repasse da inflação correspondente ao valor da Parcela B, havidos a cada ciclo.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

Nota 3 – Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, exceto quando especificado em contrário.

Nota 4 - Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nota 5 – Principais Práticas Contábeis Regulatórias

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Contas a Receber

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado Em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 30 de abril de 2019. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados

conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou reavaliação. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

(i) Obrigações especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R4), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem

mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES/RATES

Os dispêndios/despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

Os referidos dispêndios/despesas totalizaram R\$ 784 mil em 2021 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos e treinamentos aos colaboradores, plano de saúde e eventos com palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

(r) Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita/ingressos futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

(s) Imobilizado em Curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

(t) Reserva de Reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº 25.3. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

(u) Reconhecimento de ingressos/receita

Os ingressos/receitas operacionais do curso normal das atividades da Outorgada são medidos pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Os ingressos/receitas operacionais são reconhecidos quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor dos ingressos/receitas operacionais possam ser mensurados de maneira confiável. Os ingressos/receitas de distribuição de energia elétrica são reconhecidas no momento em que a energia é faturada. Os Ingressos/receitas não faturadas, relativas ao ciclo de faturamento mensal, são apropriadas considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado.

Historicamente, a diferença entre ingresso/receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 25% ou mais do total do faturamento. O ingresso/receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa

<u>Instituição Financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Venci- mento</u>	<u>Remuner. no Venc. %</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e Bancos				1.334	2.300
Sicredi	Sicredinvest	28/09/29	100% CDI	-	310
Sicredi	Sicredinvest	14/04/25	100%CDI	-	203
Sicredi	Sicredinvest	23/12/26	97% CDI	401	-
Sicredi	RDC Dist Resultados	30/03/26	95% CDI	2	-
Banco do Brasil S.A	CDB-DI	Diário	97% CDI	10	1.403
Banco Santander S.A	CDB-DI	Diário	94,5%CDI	-	501
Caixa Econômica Federal	CDB-DI	Diário	95,5%CDI	2.074	12.020
Poupança Sicredi	CDB-DI	Diário	70%CDI	23	1
Cresol Ijuí	CDB-DI	03/01/20	100%CDI	-	104
Unicred	CDI UNICRED 60 DIAS	08/12/26	80% CDI	100	0
TOTAL	-	-	-	3.944	16.842

Composição das Contas a Receber

DESCR IÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						Provisão p/ Devedores Duvidosos	VALORES RENEGOCIADOS				Provisão p/ Devedores Duvidosos	TOTAL 2021 LIQUIDO	TOTAL 2020 LIQUIDO
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	11.600	-	1.045	5	7	80	(88)	19	24	15	13	(7)	12.713	9.631
- Residencial	778	-	235	2	4	21	(28)	4	10	2	5	(4)	1.029	737
- Industrial	1414	-	64			11	(11)	10	-	9		-	1.497	2.056
- Comercial	1480	-	333	2	1	5	(6)	-	3	1	6	(1)	1.824	1.098
- Rural	5.18	-	404	1	2	40	(40)	5	11	3	2	(2)	5.544	3.054
- Poderes Públicos	35	-	2	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	37	32
- Iluminação Pública	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	31
- Serviço Público	446	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	453	361
- Serviço Taxado	1	-	-	-	-	2	(2)	-	-	-	-	-	1	1
- Fornecimento Não Faturado	2.290	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.290	2.261
- (-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	81	777	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	870	469
Outros Creditos	64	-	25	1	1	4	(5)	-	-	-	-	-	90	109
TOTAL CONSUMIDORES	11.745	777	1.082	6	8	84	(93)	19	24	15	13	(7)	13.673	10.209
Suprimento Energia - Moeda Nacional	180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180	164
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33	42
Energia Elétrica de Curto Prazo	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-
TOTAL CONCESSIONARIAS E PERMISSIONARIAS	226	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	226	206
TOTAL	11.971	777	1.082	6	8	84	(93)	19	24	15	13	(7)	13.899	10.415

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor de R\$ 93 mil é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Nota 8 – Serviços em Curso

	2021	2020
Manutenção de Redes	694	547
Administração	36	53
Total de Serviços em Curso	730	600

Nota 9 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis

Ativo Circulante

	2021	2020
ICMS a Recuperar Curto Prazo	1.192	886
IRRF a Recuperar	-	3
Contribuição Social Estimada	-	2
Total de Tributos Compensáveis	1.192	891

Ativo Não Circulante

	2021	2020
ICMS a Recuperar Longo Prazo	1.858	1.513
Total de Tributos Compensáveis	1.858	1.513

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 10 – Depósitos Judiciais e Cauções

Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	Valor	
			Estimado 2021	Estimado 2020
Trabalhistas	-	30	30	61
Cíveis	-	14	14	14
Fiscais	-	-	-	405
Total de Contingências	-	44	44	480

Nota 11 – Almoxarifado Operacional

	2021	2020
Almoxarifado de Manutenção de Redes	706	702
Resíduos e Sucatas	49	71
Total do Estoque	755	773

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 12 – Investimentos Temporários

A composição dos Investimentos Temporários é a seguinte:

	2021	2020
Banrisul Capitalização	53	39
BB Capitalização	3	3
Total Títulos e Valores Mobiliários	56	42

Nota 13 – Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta das despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2021	2020
Publicidade	66	68
Total Despesas Pagas Antecipadamente	66	68

Nota 14 - Outros Ativos Circulantes

	2021	2020
Reembolsos do Fundo da CDE	2.161	1.908
Empregados	98	137
Adiantamento a Fornecedores	196	352
Dispêndios a Reembolsar	686	706
Rendas a receber	7	3
Desativações e Alienações	526	367
Total Outros Recebíveis	3.674	3.473

Nota 15 – Outros Ativos não Circulantes

	2021	2020
Pagamentos Judiciais a Receber	181	181
Total Outros Ativos Não Circulantes	181	181

Nota 16 – Bens e atividades não vinculados a permissão

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

	2021	2020
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	60	58
Participação SICREDI Catuípe	11	9
Participação CRESOL Santo Augusto	7	7
Participação Crehnor Noroeste Ijuí	30	30
Participação Cresol Augusto Pestana	1	-
Participação UNICRED Ijuí	-	-
TOTAL	110	105

Nota 17 – Imobilizado e Intangível

17.1. Imobilizado em Serviço e em Curso

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	191.208	9.013	(5.193)	-	-	195.028	3.820	(72.013)	123.015	123.775	8.354	(1.530)	6.824
Terrenos	853	-	-	-	-	853	-	-	853	853	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benf.	758	-	-	-	-	758	-	(248)	510	531	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	185.950	8.460	(4.592)	-	-	189.818	3.868	(69.780)	120.038	120.626	8.354	(1.530)	6.824
Veículos	3.647	553	(601)	-	-	3.599	(48)	(1.985)	1.614	1.765	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	959	114	(4)	-	-	1.069	110	(498)	571	582	-	-	-
Terrenos	67	-	-	-	-	67	-	-	67	67	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benf.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	506	109	(4)	-	-	611	105	(327)	284	255	-	-	-
Veículos	253	-	-	-	-	253	-	(148)	105	141	-	-	-
Móveis e Utensílios	133	5	-	-	-	138	5	(23)	115	119	-	-	-
Subtotal	192.167	9.127	(5.197)	-	-	196.097	3.930	(72.511)	123.586	124.357	8.354	(1.530)	6.824
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	13.895	31.749	(24.144)	-	-	21.500	7.605	-	21.500	13.895	1.435	-	1.435
Máquinas e Equipamentos	7.087	15.846	(8.749)	-	-	14.184	7.097	-	14.184	7.087	1.435	-	1.435
Outros	6.808	15.903	(15.395)	-	-	7.316	508	-	7.316	6.808	-	-	-
Administração	610	331	(102)	-	-	839	229	-	839	610	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	610	331	(102)	-	-	839	229	-	839	610	-	-	-
Outros	0	-	-	-	-	0	-	-	0	0	-	-	-
Subtotal	14.505	32.080	(24.246)	-	-	22.339	7.834	-	22.339	14.505	1.435	-	1.435
Total do Ativo Imobilizado	206.672	41.207	(29.443)	-	-	218.436	11.764	(72.511)	145.925	138.862	9.789	(1.530)	8.259

17.2. Intangível em Serviço e em Curso

Intangível - R\$	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço										
Distribuição	150	179	-	-	-	329	179	(154)	175	30
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	150	179	-	-	-	329	179	(154)	175	30
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	702	74	-	-	-	776	74	(673)	103	86
Softwares	702	74	-	-	-	776	74	(673)	103	86
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	851	253	-	-	-	1.104	253	(827)	277	116
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	97	-	-	-	-	97	-	-	97	97
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	97	-	-	-	-	97	-	-	97	97
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	97	-	-	-	-	97	-	-	97	97
Total do Ativo Intangível	948	253	-	-	-	1.201	253	(827)	374	213

17.3. Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 1/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	185.950	8.158	(4.290)	-	-	189.818	3.868
Transformador de Distribuição	38.816	1.783	(1.304)	-	-	39.295	479
Medidor	3.303	723	(316)	-	-	3.710	407
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	35.867	1.548	(603)	-	-	36.812	945
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	77.556	3.613	(1.408)	-	-	79.761	2.205
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	17.722	29	(118)	302	-	17.935	213
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	12.686	462	(541)	(302)	-	12.305	(381)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	7.112	1.242	-	-	-	8.354	1.242
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Univers.	7.112	1.242	-	-	-	8.354	1.242

17.4. Depreciação e Amortização

Taxas Anuais Médias de Depreciação

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021			2020
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,79%	195.047	(72.013)	123.034	123.776
Custo Histórico		90.567	(29.658)	60.909	56.571
Reavaliação		104.480	(42.355)	62.125	67.205
Administração	14,40%	1.047	(496)	551	581
Custo Histórico		878	(353)	525	507
Reavaliação		169	(143)	26	74
		196.094	(72.509)	123.585	124.357
Em Curso - R\$ Mil					
Distribuição		21.500		21.500	13.895
Administração		840		840	610
		22.340	-	22.340	14.505
		218.434	(72.509)	145.925	138.862

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL, nº 674 de 2015, são as seguintes:

Taxas Anuais de Depreciação (%)

Distribuição	(%)
Banco de Capacitores	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor de Sistema	3,57%
Estrutura de Sistema	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Religador de Tensão	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Medida	4,35%
Administração Central	(%)
Equipamento Geral	6,25%
Direitos, Marcas e Patentes - Software	20,00%
Edificação	3,33%
Veículos	14,29%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	em R\$ mil
1. Licença de Uso - Oracle	179
4. Veículo Chevrolet S10 LS DS4	138
4. Veículo Chevrolet S10 LS DS4	138
4. Veículo Chevrolet S10 LS DS4	138
5. Cabo CBA - Protegido XLPE - 25kV - 185mm ²	90
6. Cabo CA - Protegido XLPE - 25kV - 50mm ²	54
7. Veículo Chevrolet/Montana LS2	51
8. Cabo CAA - NU 04 AWG - SWAN	49
9. Chave Automática de Manobra - LOAD BREAK	40
10. Chave Automática de Manobra - LOAD BREAK	38

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	em R\$ mil
1. Religador Trifasico Cooper	116
2. Regulador de Tensão - 144KVA - 100A - 13,8KV	102
3. Transformador Trifasico 112,5 KVA	32
3. Transformador Trifasico 30 KVA	27
5. Cabo CAA NU 1/0 awg	26
6. Transformador Trifasico 112,5 KVA	24
7. Religador Trifasico Cooper	21
8. Cabo Multiplex 3x35mm	20
9. Transformador Trifasico - 45kVA	20
10. Poste de Concreto SC 14m 1000 dam	20

Nota 18 – Fornecedores

Os Fornecedores estão assim distribuídos:

	2021	2020
Encargos de Uso de Rede Elétrica	453	177
Suprimento de Energia	14	1.388
Materiais e Serviços	2.340	1.548
Compra de Energia Elétrica	777	-
Total Fornecedores	3.584	3.113

Nota 19 – Empréstimos e Financiamentos

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próxima Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de LP				
																2023	2024	2025	2026	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	3.609	-	3.609												2.221	2.397	2.368	45	7.031
CAPITAL DE GIRO CAIXA EMPRESARIAL	-	2.020	-	2.020	Sim	nov-20	Outras		8,08%	26/01/22	Mensal	26/01/20	26/11/25	Mensal	SAC	2.183	2.359	2.330	-	6.872
CONSÓRCIO CONTEMPLADO CAIXA		18		18	Sim					16/01/22	Mensal		16/08/27	Mensal		17	17	17	27	78
Outros 01				-																-
Outros 02				-																-
Total por Dívida	-	3.609	-	3.609												2.221	2.397	2.368	45	7.031
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	3.609	-	3.609												2.221	2.397	2.368	45	7.031
Tributária	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-												-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-												-	-	-	-	-

Nota 20 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2021	2020
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	560	522
Consignação em Favor da Concessionária	31	24
Folha de Pagamento Líquida	226	248
Provisão de Férias	1.238	1.291
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.055	2.085

Nota 21 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

	2021	2020
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	201	566
CSLL a Recolher	26	5
IRPJ a Recolher	60	1
PIS s/ Faturamento	41	13
COFINS s/ Faturamento	188	60
I.S.S.Q.N a Recolher	9	13
INSS a Recolher	18	21
PIS/COFINS a Recolher	6	5
Imposto de Renda a Recolher	3	2
Contribuição Social a Recolher	2	1
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	554	687

Nota 22 – Provisão para Litígios

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regula- tórios	Total
Saldos em 31/12/2020	780	-	3.306	-	4.086
Constituição	-	-	-	-	-
Pagamentos	-	-	(3.306)	-	(3.306)
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades	-	-	-	-	-
Atualização Monetária	-	-	-	-	-
Baixas	(650)	-	-	-	(650)
Outros	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	130	-	-	-	130
Circulante	-	-	-	-	-
Não Circulante	130	-	-	-	130

No ano de 2021 não foram constituídas provisões contábeis, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica.

Nota 23 – Encargos Setoriais

	2021	2020
P&D - Empresa	-	84
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	-	284
Encargos CDE	885	652
Demais Encargos Setoriais	3.451	446
Total Encargos Setoriais	4.336	1.466

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10.438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária

Demais Encargos Setoriais são encargos com compra de energia, como Encargos consolidados, custos de deslocamentos do PLD e ESS, além das bandeiras tarifárias arrecadadas dos consumidores para repasse a CCEE.

Nota 24 – Outros Passivos Circulantes

	2021	2020
Consumidor	82	33
Outros Credores	2.866	4.877
Total Passivos Circulantes	2.948	4.910

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação e credores diversos.

Nota 25 – Outros passivos não circulantes

	2021	2020
Retenção Causas Trabalhistas	22	22
Total de Outras Contas a Pagar	22	22

Nota 26 – Patrimônio Líquido

26.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 7,446 milhões é formado por cotas partes referentes a 16.713 associados em 31 de dezembro de 2021.

26.2. Natureza e Finalidade das Reservas

- a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.
- b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.
- c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se as necessidades operacionais das redes, linhas, ramais e ou acessórios.

Nota 27 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 6;

Consumidores: apresentadas na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 20.

b) Valor Justo

	2021		2020	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.944	3.944	16.842	16.842
Contas a Receber	13.673	13.673	10.209	10.209
Empréstimos e Financiamentos	10.640	10.640	14.322	14.322
Total	28.257	28.257	41.373	41.373

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	3.944	-	3.944
Contas a Receber	-	13.673	-	13.673
Total	-	17.617	-	17.617
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	10.640	-	10.640
Total	-	10.640	-	10.640

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando as despesas financeiras (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 28 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2021	2020
Fornecimento de energia elétrica	41.683	34.719
Suprimento de energia elétrica	2.634	1.870
Disponibilização do sistema de distribuição	43.567	36.268
Ativos e Passivos Regulatórios	1.858	1.527
Serviços cobráveis	8	8
Doações, contrib. e subvenções	24.159	22.772
Total Ingressos/ Receitas	113.909	97.164

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Fornecimento de Energia - TE

Contabilização da receita de fornecimento faturado e não faturado de energia elétrica para a unidade consumidora com fim residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público.

Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD

Contabilização dos encargos de uso de rede elétrica derivados da receita faturada de Consumidores cativos, Consumidores livres e Encargos de conexão de agentes de geração.

Suprimento de energia

Contabilização do ingresso/receita faturada, proveniente do suprimento de energia elétrica dos agentes de distribuição

Ativos e Passivos Regulatórios

Contabilização das variações positivas e negativas de demais itens financeiros constantes nos reajustes e/ou revisões tarifárias de itens da conta de demais ativos regulatórios, das variações positivas e negativas e ajustes de valores positivos e negativos de demais ativos regulatórios ocorridas em períodos intercalares às datas de reajuste e/ou revisão tarifária, e de eventuais saldos a serem adicionais das tarifas futuras em função de revisões tarifárias concedidos a maior temporariamente.

Serviços cobráveis

Contabilização de ingressos/receitas referente aos serviços cobráveis, realizados mediante solicitação do consumidor. Os serviços a serem considerados nesta conta são: Vistoria de unidade consumidora; Aferição de medidor; Verificação de nível de tensão; Religação normal; Religação de urgência; Emissão de segunda via de fatura; Emissão de segunda via da declaração de quitação anual de débitos; Disponibilização dos dados de medição armazenados em memória de massa; Desligamento e religação programados; Fornecimento de pulsos de potência e sincronismo para unidade consumidora do grupo A;

Doações, contribuições e subvenções

Contabilização do ingresso/receita de subvenção criada pela Lei 13.360/2017 para cooperativas com baixa densidade de carga;

Contabilização do ingresso/receita de subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Nota 29 – Tributos sobre os Ingressos/Receitas

	2021	2020
ICMS	(13.768)	(11.837)
PIS-PASEP	(199)	(130)
COFINS	(921)	(601)
Total Tributos	(14.888)	(12.568)

Nota 30 – Encargos da Parcela "A"

	2021	2020
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(9.168)	(7.218)
Taxa de Fiscalização - TFSEE	(168)	(154)
Outros encargos	(8.141)	(689)
Total Encargos - Parcela "A"	(17.477)	(8.061)

Conta de desenvolvimento

Contabilização do repasse da subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Taxa de Fiscalização – TFSEE

Contabilização do repasse da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica que foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a

receita da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para cobertura dos seus dispêndios/despesas administrativas e operacionais.

Outros encargos

Bandeiras Tarifárias - Instituída pela Resolução Normativa nº 547 de 16/04/2013, passou a ser cobrada dos consumidores das permissionárias em 01/07/2015. Valor arrecadado é repassado a CCEE.

Nota 31 - Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

Custo da Energia	2021	2020
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(32.737)	(34.967)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	(14.913)	(11.244)
TOTAL	(47.650)	(46.211)

Nota 32 - Custos gerenciáveis - Parcela "B"

	2021	2020
Pessoal e administradores	(14.136)	(11.541)
Material	(2.869)	(2.600)
Serviços de terceiros	(4.138)	(3.812)
Arrendamentos e aluguéis	(53)	(46)
Seguros	0	(11)
Provisões	3.132	(9)
(-) Recuperação de despesas	321	268
Tributos	(63)	(56)
Depreciação e amortização	(7.354)	(7.201)
Gastos diversos*	(4.288)	(1.477)
Total Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(29.448)	(26.485)

Nota 33 – Outros Ingressos/Receitas Operacionais

	2021	2020
Receita de compartilhamento de Infraestrutura	44	34
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	589	100
Microgeração 36 Meses	9	0
Convenio arrecadação de iluminação pública	0	10
Total Outras Ingressos/Receitas Operacionais	642	144

Nota 34 – Outros Dispêndios/Despesas Operacionais

	2021	2020
Perdas na Desativação de Bens	(2.168)	(2.491)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	(36)	(0)
Perdas em Projetos não Executados	(0)	(13)
Total Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(2.202)	(2.504)

Nota 35 – Seguros:

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 36– Nota Explicativa DVA:

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 37 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios**a) Segmentos e Atividades de Negócios**

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de ação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Nota 38 – Ativos e Passivos Regulatórios

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	3.503	2.549	(3.777)	-	-	2.275	1.673	602	2.275	-
Repasso de PIS/COFINS Suprimento	3.003	2.041	(3.266)	-	-	1.778	1.382	396	1.778	-
Ajuste CUST PIS/ COFINS ONS	280	508	(291)	-	-	497	291	206	497	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	220	-	(220)	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	3.503	2.549	(3.777)	-	-	2.275	1.673	602	2.275	-

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	6.633	9.835	(13.000)	-	-	3.468	2.567	901	3.468	-
Compensação DIC FIC	1	16	(8)	-	-	9	-	9	9	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	584	1.915	(1.538)	-	-	961	122	839	961	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	6.048	7.904	(11.454)	-	-	2.498	2.445	53	2.498	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	6.633	9.835	(13.000)	-	-	3.468	2.567	901	3.468	-

Nota 39 - Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A movimentação no exercício pode ser assim resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em serviço	7.263	1.241	-	-	8.504	1.241	(1.680)	6.824	5.872
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	7.113	1.241	-	-	8.354	1.241	(1.530)	6.824	5.872
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	150	-	-	-	150	-	(150)	-	-
Em curso	743	4.932	-	(4.240)	1.435	692	-	1.435	743
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	306	2.948	-	(2.686)	568	262	-	568	306
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	377	1.544	-	(1.265)	656	279	-	656	377
Valores Não Aplicados	60	440	-	(289)	211	151	-	211	60
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8.006	6.173	-	(4.240)	9.939	1.933	(1.680)	8.259	6.615

Nota 40 - Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecimento - Faturado	14.633	14.241	128.590	145.472	41.655	34.701
Residencial	4.122	3.975	9.054	8.913	4.607	3.604
Industrial	52	56	30.737	49.403	7.698	12.569
Comercial	827	713	15.546	13.748	8.486	4.226
Rural	9.235	9.190	63.419	63.465	16.482	11.059
Poder público	135	136	884	841	426	316
Iluminação pública	16	28	1.612	1.646	452	289
Serviço público	246	143	7.338	7.456	3.504	2.638
Suprimento Faturado	2	2	14.113	13.455	2.634	1.870
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	14.543	14.246	27.887	6.774	43.566	36.268
Consumidores Cativos	14.533	14.241	-	-	37.608	34.891
Consumidores Livres	3	2	27.887	6.774	5.560	1.287
Encargos de conexão de agentes de geração Permissionárias	7	3	-	-	398	90
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					29	18
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução						
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.					1.858	1.527
Serviços Cobráveis					8	8
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					24.159	22.772
Total	29.178	28.489	170.590	165.701	113.909	97.164

Nota 41 - Pessoal e Administradores

	2021	2020
Pessoal	13.150	10.614
Remuneração	7.437	6.459
Encargos	2.764	2.014
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	556	457
Programa de demissão voluntária	565	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	655	640
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	1.173	1.044
Administradores	1.006	926
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	277	384
Benefícios dos administradores	729	542
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	14.156	11.540

Nota 42 – Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

A cooperativa possui apenas atividades de Distribuição e Administração. Mensalmente é feito o rateio da atividade de Administração, para a Distribuição. Dessa maneira não há necessidade de apresentar as Demonstrações do Resultado do Exercício segregadas por atividade.

Nota 43 – Resultado Financeiro

Ingressos/Receitas Financeiras	2021	2020
Multas e Acréscimos Moratórios	420	406
Variações Monetárias	157	41
Ingressos/Receitas de Aplicações Financeiras	153	192
Outros Ingressos/Receitas Financeiras	31	116
Total	761	755

Dispêndios/Despesas Financeiras	2021	2020
Juros e Variações Monetárias	775	92
Multas e Acréscimos moratórios	8	4
Outros Dispêndios/Despesas Financeiras	82	48
Total	865	144

Nota 44 - Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Regulatória e Societária

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

44.1 BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2021, valores apresentados em mil R\$.

	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		26.591	-	26.591	37.012	-	37.012
Caixa e equivalentes de caixa		3.944	-	3.944	16.842	-	16.842
Consumidores		13.673	-	13.673	10.209	-	10.209
Concessionárias e Permissionárias		226	-	226	206	-	206
Serviços em curso		730	-	730	600	-	600
Tributos compensáveis		1.192	-	1.192	891	-	891
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	405	-	405
Almoxarifado operacional		755	-	755	773	-	773
Despesas pagas antecipadamente		56	-	56	42	-	42
Ativos regulatórios		2.275	-	2.275	3.503	-	3.503
Títulos e Valores Mobiliários		66	-	66	68	-	68
Outros ativos circulantes		3.674	-	3.674	3.473	-	3.473
Ativo não circulante		148.492	62.169	86.323	140.950	67.319	73.631
Tributos compensáveis		1.858	-	1.858	1.513	-	1.513
Depósitos judiciais e cauções		44	-	44	76	-	76
Outros ativos não circulantes	44.2.1	181	(9.867)	10.048	181	(7.650)	7.831
Bens e atividades não vinculadas a concessão		110	-	110	105	-	105
Imobilizado	44.2.2	145.925	142.416	3.509	138.862	135.909	2.953
Intangível	44.2.3	374	(70.380)	70.754	213	(60.940)	61.153
Total do ativo		175.083	62.169	112.914	177.962	67.319	110.643
Passivo							
Passivo circulante		20.554	-	20.554	15.518	-	15.518
Fornecedores		3.584	-	3.584	3.113	-	3.113
Empréstimos, financiamentos e debêntures		3609	-	3609	946	-	946
Obrigações sociais e trabalhistas		2.055	-	2.055	2.085	-	2.085
Tributos		554	-	554	687	-	687
Encargos setoriais		4.336	-	4.336	1.466	-	1.466
Passivos regulatórios		3.468	-	3.468	2.311	-	2.311
Outros passivos circulantes		2.948	-	2.948	4.910	-	4.910
Passivo não circulante		15.442	-	15.442	24.099	-	24.099
Empréstimos, financiamentos e debêntures		7031	-	7031	9.054	-	9.054
Provisão para litígios		130	-	130	4.086	-	4.086
Passivos regulatórios		0	-	0	4.322	-	4.322
Outros passivos não circulantes		22	-	22	22	-	22
Obrigações vinculadas a permissão		8.259	-	8.259	6.615	-	6.615
Total do passivo		35.996	-	35.996	39.617	-	39.617
Patrimônio Líquido							
Capital social		7.446	-	7.446	7.444	-	7.444
Reservas de capital		568	-	568	568	-	568
Outros resultados abrangentes	44.2.4	66.332	62.169	4.163	72.307	67.319	4.988
Reserva de sobras		63.002	-	63.002	56.251	-	56.251
Sobras à disposição da Assembleia		1.739	-	1.739	1.775	-	1.775
Total do patrimônio líquido		139.087	62.169	76.918	138.345	67.319	71.026
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		175.083	62.169	112.914	177.962	67.319	110.643

44.2. COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

44.2.1. Outros Ativos Não Circulantes

Os Ajustes nos Outros Ativos Não Circulantes referem-se aos Ativos financeiros da Permissão lançados na conta Indenização pela Concessão a Receber e são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis regulatórios e societários.

Os ativos financeiros da permissão estão registrados conforme tabela abaixo:

	2021	2020
Em Serviço		
Máquinas - Redes de Distribuição	8.633	6.420
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	511	511
Máquinas - Subestação CERILUZ 02	657	653
Terrenos - Subestação CERILUZ 02	18	18
Edificação - Subestação CERILUZ 02	48	48
Total Indenização pela Concessão a Receber	9.867	7.650
	2021	2020
Indenização pela Concessão a receber	9.867	7.650
Pagamentos Judiciais a Receber	181	181
Total Outros Ativos Não Circulantes	10.048	7.831

44.2.2. Imobilizado

O valor dos bens e instalações vinculados às atividades de permissão deverá ser registrado na Contabilidade Regulatória no grupo Ativo Não Circulante – Imobilizado, enquanto que na Contabilidade Societária os bens reversíveis da concessão se encontram nos grupos Ativo Financeiro Indenizável e Intangível. Os bens não reversíveis continuam lançados na Contabilidade Societária como imobilizado.

Na forma da Resolução nº 396/2010, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica registrarão contabilmente a título de reavaliação compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária.

Em 2014, a Aneel pela metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica das permissionárias através da Nota Técnica SER/Aneel nº 189/2014 definiu os novos valores dos ativos que vão compor a BRR – Base de Remuneração e a respectiva depreciação acumulada. Por tratar-se de regramento regulatório, o VNR – Valor Novo de Reposição e a respectiva depreciação acumulada, somente foram reconhecidos na contabilidade regulatória, não sendo reconhecidos na contabilidade societária.

Em 2019 após optar pela metodologia do PRORET 8.4 e a mesma não obrigar a implantação do Valor Novo de Reposição – VNR, optamos por manter nossa base de ativos atualizada e reavaliamos os bens de acordo com valores informados no 2º ciclo de revisão tarifária de 2018.

44.2.3. Intangível

Na Contabilidade Societária, por força do ICPC 01 o valor do Intangível corresponde à parcela dos bens, direitos e instalações vinculados a permissão, que será amortizada ao longo do correspondente contrato. Na Contabilidade Regulatória o Intangível é destinado a contabilizações intangíveis em servidões, uso do bem público, software e outros, empregadas pela Permissionária, de modo exclusivo e permanente, na consecução do objeto da mesma para o Serviço Público de Energia Elétrica.

44.2.4. Reservas de Reavaliação

A diferença decorre da contrapartida da Reavaliação dos bens regulatórios registrados no imobilizado e intangível.

44.3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO X SOCIETÁRIO

Em 31 de dezembro de 2021, valores apresentados em mil R\$.

	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso		113.909	-	113.909	97.164	-	97.164
Fornecimento de energia elétrica		41.683	-	41.683	34.719	-	34.719
Suprimento de energia elétrica		2.634	-	2.634	1.870	-	1.870
Disponibilização do sistema de distribuição		43.567	-	43.567	36.268	-	36.268
Ativos e Passivos Regulatórios		1858	-	1858	1.527	-	1.527
Serviços cobráveis		8	-	8	8	-	8
Doações, contrib. e subvenções		24.159	-	24.159	22.772	-	22.772
Tributos		(14.888)	-	(14.888)	(12.568)	-	(12.568)
ICMS		(13.768)	-	(13.768)	(11.837)	-	(11.837)
PIS-PASEP		(199)	-	(199)	(130)	-	(130)
COFINS		(921)	-	(921)	(601)	-	(601)
Encargos - Parcela "A"		(17.477)	-	(17.477)	(8.061)	-	(8.061)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(9.168)	-	(9.168)	(7.218)	-	(7.218)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(168)	-	(168)	(154)	-	(154)
Outros encargos		(8.141)	-	(8.141)	(689)	-	(689)
Receita líquida / Ingresso líquido		81.544	-	81.544	76.535	-	76.535
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(47.650)	-	(47.650)	(46.211)	-	(46.211)
Energia elétrica comprada para revenda		(32.737)	-	(32.737)	(34.967)	-	(34.967)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(14.913)	-	(14.913)	(11.244)	-	(11.244)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		33.894	-	33.894	30.324	-	30.324
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(29.448)	12.024	(41.472)	(26.485)	10.956	(37.441)
Pessoal e administradores		(14.136)	-	(14.136)	(11.541)	-	(11.541)
Material		(2.869)	-	(2.869)	(2.600)	-	(2.600)
Serviços de terceiros		(4.138)	-	(4.138)	(3.812)	-	(3.812)
Arrendamentos e alugueis		(53)	-	(53)	(46)	-	(46)
Seguros		0	-	0	(11)	-	(11)
Provisões		3.132	-	3.132	(9)	-	(9)
(-) Recuperação de despesas		321	-	321	268	-	268
Tributos		(63)	-	(63)	(56)	-	(56)
Depreciação e amortização	44.4.1	(7.354)	(4.036)	(3.318)	(7.201)	(4.168)	(3.033)
Gastos diversos	44.4.2	(4.288)	16.060	(20.348)	(1.477)	15.124	(16.601)
Outras receitas operacionais	44.4.3	642	(16.060)	16.702	144	(15.124)	15.268
Outras despesas operacionais		(2.202)	(1.115)	(1.087)	(2.504)	(1.367)	(1.137)
Resultado da Atividade		2.886	(5.151)	8.037	1.479	(5.535)	7.014
Resultado Financeiro		(104)	-	(104)	611	-	611
Despesas financeiras		(865)	-	(865)	(144)	-	(144)
Receitas financeiras		761	-	761	755	-	755
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		2.782	(5.151)	7.933	2.090	(5.535)	7.625
Contribuição social		(77)	-	(77)	(33)	-	(33)
Imposto de renda		(190)	-	(190)	(69)	-	(69)
Resultado líquido do exercício		2.515	(5.151)	7.666	1.988	(5.535)	7.523

44.4 - COMENTÁRIOS À CONCILIAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

44.4.1 – Depreciação e Amortização

A origem da diferença entre os saldos da Contabilidade Regulatória e da Contabilidade Societária está no tratamento dispensado aos investimentos realizados na permissão. Na Contabilidade Societária tem-se o entendimento que os mesmos geram um direito de recuperação do valor e, portanto, os considera como intangíveis, os registros da reintegração são efetuados como despesa de amortização.

Na Contabilidade Regulatória os investimentos devem ser contabilizados no ativo imobilizado e os registros da reintegração são efetuados como despesa de depreciação. Desta forma os valores que na Contabilidade Societária estão registrados em contas de amortização, na Contabilidade Regulatória são apresentados em contas de depreciação.

A diferença existente a Contabilidade Regulatória e Societária deve-se pelo reconhecimento das despesas da Depreciação do VNR –Valor Novo de Reposição e por tratar-se de regramento regulatório os efeitos estão registrados somente na Contabilidade Regulatória:

	2021	2020
Amortização reavaliação regulatória software	6	7
Amortização reavaliação regulatória software	17	17
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	3457	3567
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	2	2
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	5	5
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	178	178
Depreciação reavaliação regulatória veículos	137	153
Depreciação reavaliação regulatória edificação	12	12
Depreciação reavaliação regulatória maquinas e equipamentos	201	201
Depreciação reavaliação regulatória veículos	6	6
Depreciação Reavaliação Regulatória Hardware	16	20
Total	4.037	4.168

44.4.2 – Gastos Diversos

A diferença verificada entre os saldos apurados na Contabilidade Societária e na Contabilidade Regulatória corresponde aos Custos de Construção. A referida conta existe somente na Contabilidade Societária, em virtude de que está previsto na ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009 e se destina ao registro dos valores investidos na permissão. Na Contabilidade Regulatória, tais investimentos são contabilizados no ativo imobilizado.

	2021	2020
Custo de Construção	16.059	15.124
Total	16.059	15.124

44.4.3 – Outras Receitas Operacionais

A diferença verificada nesse grupo se refere à receita de construção (CPC 27), que representa o direito de receber os recursos investidos na permissão, através da tarifa ou indenização no final do contrato. Esta receita é registrada somente na contabilidade societária, em atendimento a ITG 01, aprovada pela resolução CFC 1.261/2009. A contabilidade regulatória, não prevê tratamento para o registro dessa receita. O valor apresentado nessa conta, na Contabilidade Regulatória, corresponde às Outras Receitas e Rendas.

	2021	2020
Receita de Construção	16.059	15.124
Total	16.059	15.124

44.4.4 – Outras despesas Operacionais

A diferença verificada entre os saldos apurados na Contabilidade Societária e na Contabilidade Regulatória corresponde ao valor da baixa da reavaliação regulatória (VNR), que não se aplica a contabilidade societária.

	2021	2020
Baixa de Reavaliação regulatória	1115	1367
Total	1.115	1.367

Nota 45 – Composição do Resultado Abrangente Societário e Regulatório

No quadro abaixo, tendo como base o Demonstrativo Societário de Resultado Abrangente e Sobras ou Perdas a Disposição da Assembleia Geral, são demonstrados os efeitos dos ajustes no resultado regulatório em comparação ao resultado societário. Dentre os ajustes, foi efetuada a recomposição do resultado regulatório pela realização e reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória.

Considerando que as sobras à disposição da assembleia e as destinações legais e estatutárias apuradas na societária, devem também servir para a regulatória, encontramos uma diferença de R\$ 984 na conta de saldo a disposição da assembleia, valor este de cunho exclusivamente regulatório, o qual transferimos para a conta Equalização Resultado Regulatório e Societário no grupo das Reservas de Lucros.

DEMONSTRATIVO DE SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO COMPARATIVO 2021	REGULATÓRIO	AJUSTES	SOCIETÁRIO
RECURSOS			
Resultado do Período	2.515	-	5.151
Demais Resultados	6.759	5.151	1.608
Realização de Reservas Reavaliação	496	-	496
Reversão da Baixa da Reavaliação	328	-	328
Realização de Reservas Reavaliação VNR	4.036	4.036	-
Reversão da Baixa da Reavaliação VNR	1.115	1.115	-
Reversão do Fundo de Assistência Técnica Educativa - FATES	784	-	784
Resultado Líquido do Período	9.274	-	9.274
DESTINAÇÕES			
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	580	-	580
Destinações de Caráter Legal	6.955	-	6.955
Reserva Legal 45% - Artigo 47	3.912	-	3.912
FATES - 5% - Artigo 47	435	-	435
Reserva Manutenção Redes 30%	2.608	-	2.608
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.739	-	1.739
RESULTADO DE EQUALIZAÇÃO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	-	-	-

Nota 46 – Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

7. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS



RA. 022/2022

Chapecó, 28 de janeiro de 2022

Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda
Ceriluz Distribuição
Ijuí - RS

Senhor
Iloir de Pauli
Presidente

Em atendimento ao contrato firmado entre a "Linear Auditores Independentes" e "Ceriluz Distribuição", apresentamos o relatório dos exames realizados, compreendendo a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias de 31/12/2021, conforme sequência:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias

Timbrado-01

- Anexo I – Programa de Trabalho Detalhado
- Anexo II – Cópia do Termo de Responsabilidade
- Anexo III – Cópia da Carta de Representação da Administração
- Anexo IV – Demonstrações Contábeis Regulatórias de 31/12/2021:

Balanco Patrimonial;
Demonstração de Sobras ou Perdas;
Demonstração do Resultado Abrangente;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração do Valor Adicionado;
Demonstração dos Fluxos de Caixa;
Notas Explicativas.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - CERILUZ DISTRIBUIÇÃO
CNPJ Nº: 87.656.989/0001-74
Ijuí – RS

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - CERILUZ DISTRIBUIÇÃO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - CERILUZ DISTRIBUIÇÃO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

A auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração e a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - CERILUZ DISTRIBUIÇÃO em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, previstas no MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.



Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção que as demonstrações contábeis regulatórias, foram elaboradas para auxiliar a **Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - CERILUZ DISTRIBUIÇÃO** a cumprir uma determinação da Aneel. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

- 1- A **Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - CERILUZ DISTRIBUIÇÃO** elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de janeiro de 2022.

Chapecó, SC, 28 de janeiro de 2022.

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES
CRCSC 4159/O-6

EDUARDO AUGUSTO MELERE
Contador CRCSC 035.595/O-2

EDUARDO AUGUSTO
MELERE:05207119982

Assinado de forma digital por
EDUARDO AUGUSTO
MELERE:05207119982
Dados: 2022.02.02 14:35:21 -03'00'

8. TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica –ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do grupo V, inciso XVII, da Resolução Normativa n° 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Ijuí – RS, 28 de janeiro de 2022.

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA



ILOIR DE PAULI
Diretor Presidente
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
Contador
CRC-RS 079358